

Interpelação Oral

Deputado José Maria Pereira Coutinho

Alargamento generalizado dos serviços electrónicos e assinaturas digitais

O Senhor Chefe do Executivo, prometeu no seu Programa Político de 2019 em elevar o nível de governança pública, aprofundar a reforma da AP, elevar a sua eficiência, implementar a transparência dos assuntos do Governo e melhorar a tomada de decisões.

Há décadas, que os cidadãos aspiram por uma Administração Pública da RAEM mais transparente, mais eficaz e eficiente e mais aberta externamente. Os cidadãos querem o alargamento generalizado dos serviços electrónicos e a utilização generalizada da assinatura digital.

O exemplo paradigmático de governo electrónico é o da Estónia que é uma das maiores referências mundiais quanto à administração pública digital. Neste pequeno país europeu, existem apenas três serviços que precisam da presença física do cidadão nos serviços públicos: no casamento, no divórcio e na transferência de imóveis. Todo resto pode ser realizado online, usando a assinatura digital onde estão registados mais de 98,2% da população estoniana. Também o governo francês tem como objectivo alcançar a transformação digital do serviço público, planeando que 100% dos serviços estejam online até 2022.

No Relatório de Auditoria de Resultados de 2018 quanto à temática do planeamento e implementação do Governo Electrónico na RAEM, dizia o CA que “nas últimas duas décadas, o desenvolvimento do Governo Electrónico liderado pelo SAEP, não foi capaz de acompanhar a evolução dos tempos. Mais, alguns trabalhos essenciais durante vários anos nunca chegaram a passar da fase inicial. Não obstante se ter enfatizado, repetidamente, nos Relatórios das Linhas de Acção Governativa, a realização de estudos, a optimização e o planeamento do Governo Electrónico, devido à falta de um plano global viável e de um calendário estabelecidos, bem como a falta de uma orientação clara e única do seu desenvolvimento, fazendo com que cada serviço público seguisse o seu caminho, acabando por se criar os seus próprios sistemas e

plataformas. Assim não foi possível criar uma plataforma de serviços uniforme, intuitiva e segura. Além disso, vários sistemas que não são compatíveis entre si.”

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando, que me sejam dadas respostas, de uma forma CLARA, PRECISA, COERENTE, COMPLETA sobre o seguinte:

1. No Programa Político de 2019, o Senhor Chefe do Executivo prometeu reduzir as formalidades desnecessárias e o excesso de burocracia dentro da função pública bem como o total empenho pessoal na reforma e aperfeiçoamento do sistema consultivo do Governo. Prometeu também resolver os problemas prementes como a duplicação de órgãos, a coincidência de funções, e as desarticulações entre a competência e a responsabilidade. Prometeu instituir um regime de selecção e provimento que contemple os valores e o talento e que se baseie exclusivamente no mérito pessoal. Das promessas acima referidas, quais foram cumpridas e quantas estão por cumprir?

2. Que objectivos concretos foram alcançados e se existem metas e calendários para a global implementação de uma administração pública digital com assinaturas digitais generalizadas a toda a população?

3. Que avanços concretos foram atingidos quanto às críticas formuladas no Relatório de Auditoria de Resultados de 2018 do CA e mencionadas no segundo parágrafo da presente interpelação oral?

O Gabinete do Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau

José Pereira Coutinho


José Maria PEREIRA
COUTINHO
Assinatura digital
2021.11.08 14:01:54
+0800